

Francisco Miguel Araújo\*

## **A 1.ª Faculdade de Letras do Porto na «campanha Homem Cristo»: o arauto de uma fatalidade prenunciada.**

### R E S U M O

*Ao longo de várias décadas, os enredos da “campanha Homem Cristo” tornaram-se um tema tabu na história da 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1919-1931). Da polémica nos artigos da imprensa às discussões parlamentares, durante quase três anos, Francisco Homem Cristo expôs factos, calúnias e difamações que procuraram desacreditar a instituição e o seu diretor Leonardo Coimbra. Só que em muitas das suas afirmações escondem-se verdades subliminares, tanto em relação ao seu funcionamento como à sua qualidade pedagógica, que há muito vinham já sendo denunciadas por outras tantas vozes nos círculos académicos e intelectuais da época. Desconstruir este «mito historiográfico», sob uma nova perspetiva mais abrangente, além das meras questões pessoais, impõem-se como um capítulo essencial para compreender a efemeridade e supressão da primeira tentativa de ensino das Letras no seio da U. Porto.*

*Palavras-chave: Francisco Homem Cristo; 1.ª Faculdade de Letras do Porto; Ensino universitário; 1.ª República.*

### A B S T R A C T

*Over several decades, the plots of “campanha Homem Cristo” (Homem Cristo campaigns’) became a taboo theme in the history of the 1st Faculty of Arts from the University of Porto. All the controversy around three years from press coverage to parliamentary discussions, where use by Francisco Homem Cristo to reveal facts, slanders and scandals with the purpose of discredit the institution and its director Leonardo Coimbra. However, many of its claim, already been denounced before by other critical voices at academic realms, also uncover some inconvenient truths concerning the school’s managing and educational quality. Reaching a more broader perspective besides outdated personal questions, within the aim of deconstructing this «historiographical myth», it will allowed to recognize the importance of this campaign on the suppression of the first attempt of schooling Arts at the U. Porto.*

*Keywords: Francisco Homem Cristo; 1st Faculty of Arts of U.Porto; Higher Education; 1st Portuguese Republic.*

Da fugaz experiência educativa da 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1919-1931), escola simultaneamente revolucionária e dissonante de inícios do século XX, pode dizer-se que perduram ainda muitos laconismos nas abordagens historiográficas de que têm sido tema<sup>1</sup>. O seu desaparecimento

---

\* Mestre em História da Educação pela Faculdade de Letras da U. Porto e bolseiro de doutoramento em História na instituição (FCT/POPH/QREN/UE). Investigador do CITCEM.

<sup>1</sup>Vd., entre outros, Luís de Oliveira Ramos, “Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* (1983), 245-260; Victor de Sá, “Notas sobre o ensino da História na primeira Faculdade de Letras do Porto”, *Revista da Faculdade de Letras - História* (II serie, vol. III, 1986), 199-209.

às mãos da Ditadura Militar granjeou-lhe uma mística de perdição política, frequentemente frisada nas memórias de muitos dos legatários dessa *alma mater*, que acabaram por suplantar outros tantos fatores igualmente legítimos para a irrevogabilidade da sentença governamental de 1928.

Sobre Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943), a sua personalidade e percurso de vida envoltos em sucessivas polémicas, entre indagações de teor de pura calúnia e verdades subliminares, revestem de complexidade qualquer ensaio sobre o mais menosprezado dos seus professores. Natural de Aveiro, diplomado pela Escola do Exército de Lisboa, partilharia a carreira militar com as incursões pelo mundo do jornalismo, onde se assumiu como um dos grandes panfletários nacionais da sua época<sup>2</sup>. Elemento do diretório do Partido Republicano Português aquando da revolução do 31 de janeiro de 1891, do qual se demarcou e foi absolvido na barra dos tribunais, veio a incompatibilizar-se com as principais figuras desse movimento político, entre posteriores delações de simpatia pela causa monárquica.

Poucos meses após a implantação da 1.ª República Portuguesa (1910-1926), na sequência da suspensão do seu jornal pela lei da imprensa de Afonso Costa, exilou-se voluntariamente com a sua família em Paris mantendo no seu jornal *O Povo de Aveiro no Exílio* (1912-1914) um olhar apurado, contundente e sarcástico sobre a evolução interna no quadro do novo regime político. De regresso ao país pela amnistia de Pimenta de Castro, surpreendentemente, foram os democráticos a reabilitá-lo pela defesa de uma política intervencionista na Grande Guerra, iniciando uma carreira política que pouco modificou as velhas discrepâncias e ódios pessoais<sup>3</sup>. Até ao final da vida, conservou uma conduta pública deveras errante, demonstrando inclusive um certo apreço pela consolidação da autocracia no país, só muito pontualmente insurgindo-se no seu periódico contra o Estado Novo na defesa dos interesses da sua terra natal.

Deste modo, a associação de tal figura polémica e discutível às campanhas públicas por ele lançadas na imprensa, tenderam com que os historiadores as tenham preconizado como vãs tentativas de Homem Cristo em desacreditar os seus adversários, socorrendo-se de uma postura de difamação pessoal e de várias acusações infundadas na sua escrita. Tal como se verifica na sua campanha contra a 1.ª Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), principalmente entre 1923-1926, caída numa espécie de branqueamento da memória assacada a um orgulho ferido e a um sentido despeito pela proscrição votado por essa comunidade académica.

---

Armando de Carvalho Homem, “A história que nos fez e a história que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”, *Revista de História* (vol. 11, 1991), 227-240. Cândido dos Santos, *Universidade do Porto: raízes e memórias da instituição* (Porto: Reitoria da U. Porto, 1996). Fernando Mendonça Fava, *Leonardo Coimbra e a Primeira República* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008). Jorge Fernandes Alves, *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República (1910-1926)* (Porto: U. Porto-Ed. Centenário, 2011).

<sup>2</sup> Homem Cristo começou por assentar como praça no regimento de Cavalaria n.º 2 – lanceiros da rainha (1876), sendo promovido depois da graduação académica, em 1880, às patentes de alferes (1881), tenente (1891) e de capitão (1894); da qual pediu a sua própria demissão por querelas com alguns representantes do Estado-Maior do Exército em 1907 e sancionada dois anos depois. A partir dessa data dedicou-se em exclusivo à imprensa, depois da passagem como redator no recém-lançado *O Século*, reconvertendo o seu título do *Centro Eleitoral Republicano Aveirense* (1881) em *O Povo de Aveiro* (1882-1894) e seguido do *Povo de Aveiro* (1907-1910). Pai do homónimo Homem Cristo Filho (1892-1928), reputado jornalista internacional e amigo pessoal do *duce* Benito Mussolini, e de Fernando Homem Cristo, um dos ideólogos culturais na consolidação do Estado Novo. Cfr. Homem Cristo, *Notas da minha vida e do meu tempo* (7 vols., Lisboa: Guimarães & C.ª, 1936-1938).

<sup>3</sup> A primeira eleição de Homem Cristo para a Câmara dos Deputados, na IV legislatura (1919-1921) pelo círculo de Timor, foi-lhe totalmente inesperada por ter partido da livre iniciativa de alguns militares e colonos aí residentes. Já como independente pelo círculo de Aveiro, o jornalista voltaria a recuperar o lugar de deputado na VI legislatura (1922-1925). Vd. A. H. Oliveira Marques; Paulo Guinote; Pedro Mesquita; João Dias, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)* (Lisboa: Assembleia da República, 2000), 248.

Luís de Pina foi o primeiro a recuperar este caso ao esboçar a primeira história institucional dessa primordial faculdade portuense, mas escusando-se a abordar em 1966 “este triste episódio”<sup>4</sup>, matriz recentemente seguida por Pedro Baptista, que a sintetiza como uma campanha sórdida em termos: “impossíveis de serem descritos, de tal forma a verve polemista do antigo militar utiliza tudo o que de mais torpe se pode imaginar e até o que se não pode”<sup>5</sup>. Porém, se em Pina tal se justificava no contexto do (re)aparecimento da 2.ª FLUP em 1961<sup>6</sup>, temendo os efeitos melindrosos que tal reminiscência poderia ter na construção da sua imagem académica, mesmo de uma carga emotiva que ainda lhe estaria associada, o «mito historiográfico» deve enfim ser revisto e comentado sob uma nova exegese histórico-crítica...

Afinal, terá sido esta «campanha Homem Cristo» uma simples diligência pessoal e ignóbil do seu mentor contra Leonardo Coimbra, fundador e diretor da 1.ª FLUP, como amiúde se continua a referenciar? Se assim for, como enquadrar a projeção nacional que a mesma teve junto dos círculos académicos e intelectuais ou a sua metamorfose em assunto político discutido no centro de decisão do poder legislativo entre os seus protagonistas? Não poderá ela ocultar uma dimensão político-educativa bem mais lata, como o indiciam as novas leituras de análise das principais fontes históricas para a questão: o periódico *O de Aveiro: órgão da semana*<sup>7</sup>, a imprensa estudantil da 1.ª FLUP e os debates parlamentares da 1.ª República?

Descortinar o acessório do essencial nas exposições de Homem Cristo impõem-se como o intuito assertivo deste estudo, procurando expurgar das conhecidas infâmias e detrações uma outra visão das críticas e denúncias, que possam ser pertinentes para comentar um dos capítulos mais singulares da história da Universidade em Portugal<sup>8</sup>. Nomeadamente, através deste exemplo portuense revelar algumas das fragilidades deste subsistema de ensino, na ânsia republicana de estender a Educação como um processo estrutural para uma nova cidadania e modernização social, derivadas das ingerências e conluios pessoais e institucionais sob a gestão dos diversos ministérios da Instrução Pública, em exercício ao longo da década de 1920.

## 1. Homem Cristo na 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1919-1923)

Ainda hoje causa espanto como uma faculdade pôde ser criada e instalada em pouco mais de quatro meses, uma vez que, segundo a *Constituição Universitária de 1911*, ao Porto foram negados os estudos em Letras e Direito como nas suas congéneres coimbrã e lisboeta, ficando resumida à reconversão do anterior modelo educativo de grau superior da Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica: Ciências, Medicina, Engenharia e Farmácia<sup>9</sup>. Tão mais estranho foi o

<sup>4</sup> Luís de Pina, “Faculdade de Letras do Porto (Breve História)”, *Cale: revista da Faculdade de Letras do Porto* (vol. I, 1966), 59-172.

<sup>5</sup> Pedro Baptista, *O milagre da Quinta Amarela. História da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931)* (Porto: U. Porto-Ed. Centenário, 2012), 153.

<sup>6</sup> Sobre a história institucional e rumos educativos das duas Faculdades de Letras no Porto, vd. Francisco Miguel Araújo, *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução* (tese de mestrado da Universidade do Porto, 2008).

<sup>7</sup> Este jornal de Homem Cristo lançado em março de 1916, embora a propriedade, direção e edição tenham estado em nome de António Conceição Rocha até 1921, foi a continuação dos anteriores títulos referenciados. Foram publicados, de forma irregular, um total de 450 números até ao verão de 1926, acabando suspenso sem recomendação de censura pela Ditadura Militar.

<sup>8</sup> Vd. Francisco Miguel Araújo; Luís Alberto Alves, “(Primeira) Faculdade de Letras do Porto” in *Dicionário de história da I República e do republicanismo*. Vol. 2, *F-M*, ed. Maria Fernanda Rollo (Lisboa: Assembleia da República, 2014), 11-14.

<sup>9</sup> A U.Porto funcionou, até 1915, com as faculdades de Ciências e Medicina e a elas agregadas as escolas superiores de Engenharia e Farmácia. Curiosamente, durante os ministérios de lentes portuenses na Instrução Pública, estas últimas acabariam reconvertidas em faculdades Técnica (1915-1926) e de Farmácia (1921). Cfr. Francisco Miguel

seu corpo docente ter sido, na sua quase plenitude, recrutado de forma arbitrária e alheia ao próprio meio universitário português, amplamente censurado e sempre contestado antevendo-se, por isso, uma criação condenada a um fim precoce...

A fundação da 1.ª FLUP foi totalmente fortuita e baseada num conjunto de circunstâncias inverosímeis, ainda no rescaldo da “Questão Académica” contra a Universidade de Coimbra, demasiado centrada na figura de Leonardo Coimbra que, em maio de 1919, determinava a transferência da Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto<sup>10</sup>. Perante a grave animosidade académica nacional contra este ministro e a sua proposta, que lhe fixou um estigma de criação política e intelectual, o seu sucessor na pasta da Instrução Pública teve de revogar a famigerada lei<sup>11</sup>. Porém, em agosto do mesmo, não só consentiu na criação das Letras na Universidade do Porto (U.Porto)<sup>12</sup>, como convidou Leonardo Coimbra para nela ocupar os lugares de professor de Ciências Filosóficas e de diretor.

Certo é que, no clarividente desígnio de se inaugurar a 1.ª FLUP de imediato, o ministro Joaquim José de Oliveira acabou por acatar muitas das linhas programáticas do anterior diploma e dos despachos promulgados por Leonardo Coimbra para a nomeação dos seus professores, abstendo-se de recrutar assistentes ou lentes das outras duas faculdades de Letras. A conveniência urgente de arrancar com o primeiro ano das licenciaturas em 1919-1920<sup>13</sup>, motivou a contratação de docentes com dispensa de concursos públicos, ressalva que assumia um carácter de excecionalidade nas disposições universitárias e para a qual o Senado Universitário do Porto apelara a especial ponderação<sup>14</sup>.

Exortação ignorada, pois o que se averiguou foi a entrada no magistério universitário de uma série de nomes com ligações pessoais e profissionais ao recém-empossado diretor, muitos dos quais professores reconduzidos para liceus do Porto na fase final do mandato de Leonardo Coimbra, de forma a acumular o normal serviço docente entre os dois subsistemas de ensino. Dos restantes onze professores contratados em 1919, surgem muitos dos seus antigos colegas no Liceu Gil Vicente em Lisboa – Lúcio Pinheiro dos Santos, Francisco Newton de Macedo, Damião Peres, Urbano Canuto Soares, Luís Pires Cardim – e alguns colaboradores do movimento cultural da “Renascença Portuguesa”<sup>15</sup> que então dirigia: António Mendes Corrêa (também assistente na Faculdade de Ciências do Porto) e José Teixeira Rêgo. A par de nomeações de cariz político impostas à aquiescência do conselho escolar: Hernâni Cidade, Francisco Homem Cristo, António Luís Gomes Filho e Augusto Ferreira Nobre<sup>16</sup>.

Araújo; Luís Alberto Alves, “Universidade do Porto” in *Dicionário de história da I República e do republicanismo*. Vol. 3, N-Z, ed. Maria Fernanda Rollo (Lisboa: Assembleia da República, 2014), 1060-1064.

<sup>10</sup> Decreto n.º 5 770, de 10.05.1919. *Diário do Governo*, I série, n.º 98, 1229-1230.

<sup>11</sup> Cfr., entre outros, Francisco Miguel Araújo, “Faculdade(s) de Letras do Porto”, 49-58. Luís Reis Torgal, “A Faculdade de Letras de Coimbra. Uma escola universitária na República”, *Biblos* (2.ª série, vol. IX, 2011)”, 33-69. Joaquim Romero de Magalhães, “Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto” in *República, Universidade e Academia*, coord. Vítor Neto (Coimbra: Almedina, 2012), 457-469.

<sup>12</sup> Lei n.º 861, de 27.08.1919. *Diário do Governo*, I série, n.º 171, 1909-1911.

<sup>13</sup> Em termos de orgânica educativa, a 1.ª FLUP conferia os graus de licenciado e doutor em filologia clássica, filologia românica, filologia germânica, ciências filosóficas e ciências históricas e geográficas, revisto pela reforma orgânica de 1926 também para o de ciências históricas e filosóficas. De salientar que no estabelecimento do quadro de cadeiras anexas foi restringida à cadeira de Estética e História da Arte, e que jamais funcionou a Escola Normal Superior com a missão de formação pedagógica dos professores liceais. Cfr. Fernanda Ribeiro; Maria Eugénia Matos Fernandes, *Universidade do Porto: estudo orgânico funcional* (Porto: Reitoria da Universidade, 2001), 473-612.

<sup>14</sup> Unidade de Gestão de Informação da U. Porto (GI/UP), *Actas do Senado Universitário: sessão de 04.08.1919*, lv. 1, fl. 57-57v.

<sup>15</sup> Cfr. Alfredo Ribeiro dos Santos, *A Renascença Portuguesa: um movimento cultural portuense* (Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1990).

<sup>16</sup> Sobre os percursos pessoais, políticos e académicos dos docentes da 1.ª FLUP, cfr. Francisco Miguel Araújo, “«Entrar pela janela em vez da porta!»: excecionalidades republicanas da 1.ª Faculdade de Letras do Porto (1919-

Aos 59 anos de idade, por intercessão governativa de António José de Almeida, o deputado Homem Cristo foi nomeado professor contratado do grupo de Ciências Históricas da 1.ª FLUP com a regência das cadeiras de *História Universal* e *História Geral de Civilização*<sup>17</sup>. Em 1921, findo os dois anos de serviço legal, todos eles foram promovidos à categoria máxima de professor ordinário, em processos de avaliação individual de méritos científico-pedagógicos, autenticado pelo conselho escolar, homologado pelo reitor Augusto Pereira Nobre e ratificado ministerialmente. Ora, atendendo ao modo de recrutamento por nomeação política, os meios académicos não calaram a sua revolta na imprensa e no parlamento, exigindo a revisão dessas mesmas disposições legais que representavam um autêntico desaforo da proclamada autonomia universitária.

Não obstante estar a equacionar o pedido de demissão pelo quebranto das viagens Porto-Aveiro no cumprimento do seu dever profissional, Homem Cristo assumiu-se como um dos arautos contra a pretensa ilegalidade do procedimento e a apologia da sua continuidade e dos colegas no magistério. Protestando contra a condução do caso pelo ministro Ginestal Machado, recusou-se mesmo a assinar o agradecimento proposto pelo conselho escolar aquando do saneamento da questão:

Não consegui pôr fora da Faculdade os professores contratados, que têm a lei a seu favor. O que consegui foi desacreditá-los, foi pôr em dúvida o seu saber e competência, foi tirar-lhes autoridade e prestígio, foi, pelo menos, torná-los suspeitos aos olhos do país<sup>18</sup>.

O início de outras desavenças que o aveirense viria a manter com a direção da 1.ª FLUP, lançando algumas críticas nas sessões do órgão máximo de gestão escolar sobre certas facilidades consentidas aos alunos nas provas de avaliação ou de não se proceder à leitura das atas anteriores na presença de todos os elementos<sup>19</sup>. Talvez por isso ou por outros motivos pessoais, Homem Cristo situava-se cada vez mais aparte das atividades circum-escolares dinamizadas pela escola, quer na omissão como colaborador na *Revista da Faculdade de Letras do Porto* (1920-1923)<sup>20</sup>, quer na participação n.º *A Águia* e na Universidade Popular do Porto do programa da “Renascença Portuguesa”, que congregava o apoio de muitos intervenientes dessa comunidade académica.

Para um espírito tão acérrimo de equidade e idoneidade pessoal, a pouca influência intelectual e doutrinária junto dos alunos poderá ter sido encarada, de forma exagerada, como um agravo ao reconhecimento do seu papel como lente universitário. Por exemplo, nos mensários estudantis *A Crisálida* e *A Nossa Revista* (1921-1922)<sup>21</sup> Homem Cristo não foi convidado para neles colaborar como outros docentes, enquanto Leonardo Coimbra foi elencado como diretor honorário dessa última publicação. E precisamente contra os seus responsáveis que se rotulavam discípulos do mestre do “Criacionismo” – Baltazar Cardoso Valente, José Marinho e Adriano Guedes do Amaral – Homem Cristo malquistou-se

-1931)” in *República e Republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo; António Rafael Amaro (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015), 411-419.

<sup>17</sup> Durante os impedimentos oficiais dos colegas de grupo em missões académicas e científicas – Damião Peres e Augusto Ferreira Nobre – Homem Cristo foi também encarregado de lecionar as suas cadeiras. Peculiarmente, ambos vieram a servir como chefes de gabinetes dos ministros da Instrução Pública: Leonardo Coimbra (1922-1923) e Augusto Nobre (1920-1922), respetivamente.

<sup>18</sup> F. Homem Cristo, “Faculdade de Letras”, *O de Aveiro* (ano VI, n.º 224, 21.08.1921), 3.

<sup>19</sup> Luís de Pina, “Faculdade de Letras do Porto”, 91-98.

<sup>20</sup> Cfr. Armando Luís de Carvalho Homem, “Revistas universitárias de História no Portugal do século XX”, *Revista de História das Ideias* (vol. 18, 1996), 339-372.

<sup>21</sup> Em 1921 foram editados os dois primeiros números d’*A Crisálida: mensário de Literatura, Ciências, Arte e Crítica*, tendo a sua equipa decidido reformular o título para *A Nossa Revista: mensário fundado por alunos da Faculdade de Letras do Porto*, em setembro desse ano, permanecendo por mais sete números até março de 1922. De professores da 1.ª FLUP com artigos nas suas páginas destacam-se Hernâni Cidade, Teixeira Rêgo, Luís Cardim, Ângelo Pinto Ribeiro, William A. Bentley e Leonardo Coimbra, a quem é dedicado simbolicamente o último número.

exigindo a intervenção disciplinar do conselho escolar, desde abril de 1922, perante irregularidades e expressões menos respeitosas nos seus exercícios de avaliação e aulas que ministrava.

Diante o desagrado pela leveza das sindicâncias internas e sem efeitos de penalização para os referidos alunos, somente partilhado por Urbano Canuto Soares, a 1.ª FLUP procurou pacificar os ânimos com a eleição do professor de História como representante junto do Senado Universitário. Medida ineficaz face ao gênio tempestuoso por todos conhecidos de Homem Cristo, não totalmente satisfeito com a reprovação ditada a esses insurgentes nas suas cadeiras...

## 2. A «campanha Homem Cristo» contra a 1.ª FLUP (1923-1926)

Os antecedentes da «campanha Homem Cristo» remontam ainda a finais de 1922, resultantes de uma altercação em plena aula de *História Medieval* novamente com os alunos Baltazar Cardoso Valente e José Marinho, que ousaram afrontá-lo em frente da classe. Ambos perdendo a compostura acusaram-no de incompetência científica por exposições historiográficas antiquadas, pouco consistentes e fantasiosas, muitas vezes proferidas em “termos desabragados” e ofensivos para as senhoras presentes na sala de aulas, sendo-lhes determinada a imediata expulsão da sala de aula<sup>22</sup>.

Para Homem Cristo o caso foi o reavivar do incidente no ano letivo anterior, exigindo do conselho escolar um novo procedimento disciplinar contra os alunos, bem como a reabertura da fraude do termo de presença de Adriano Guedes do Amaral num exercício oral, assinado em seu nome por Cardoso Valente:

Excede todos os limites da indisciplina que tem lavrado há tempos nesta faculdade. [...] Julgo-os merecedores de mais severo castigo nem me darei por desagravado com, permita V. Ex. o termo, *papas de linhaças*. [...] Alunos desses não podem prestar, à Universidade, ou saem da Universidade os professores que sabem prezar o decoro do ensino e a sua própria dignidade...<sup>23</sup>

Assim, deixando a sua exposição por escrito ao conselho escolar, decidiu suspender as suas funções letivas a 27 de novembro, seguindo o processo os seus trâmites legais a nível interno e sendo temporariamente suspenso durante as férias de Natal. Só em finais de janeiro de 1923 a questão voltou a discussão, sem a presença de Urbano Canuto Soares que se queixara de cenas semelhantes nas suas cadeiras, julgada de forma algo displicente e paternalista, considerando-se circunstâncias atenuantes na defesa dos alunos. A deliberação final ficou aquém do esperado perante a sua gravidade, o caso de Guedes do Amaral não foi revisto por estar proscrito, Marinho foi sujeito a repreensão oral pelo diretor e Cardoso Valente a idêntica pena na presença do conselho escolar, já que imprudentemente intimara que o professor delator fosse igualmente sujeito a sindicância por falta de competência científico-pedagógica.

Ofendido na sua honra pessoal e de pouca estima pela sua comunidade académica, Homem Cristo anunciou publicamente não poder regressar à 1.ª FLUP, refutando que tudo não passara de uma farsa previamente combinada entre Leonardo Coimbra e os estudantes acusados, com claras pressões sobre os demais professores para relativizar o episódio. Gorada a hipótese de justiça académica, na sua qualidade de deputado, de imediato tentou requisitar ao ministério da Instrução Pública as cópias dos exercícios escritos dos três alunos na berlinda. No entanto, a direção da faculdade desobrigou-se de os remeter, apoiada pela reitoria da U.Porto, antevendo as intenções de ataque pessoal e de uma exposição pública que daí poderiam advir, principalmente por não terem acatado a pretensão do colega da expulsão como única sentença possível.

Sem nada a perder, portanto, Homem Cristo encetou uma intensa campanha n’*O de Aveiro* contra o estabelecimento educativo portuense, inaugurado pelo artigo “Universidade do Porto: a Faculdade de Letras”<sup>24</sup> para recordar velhas questões fraturantes: a falta de probidade no recrutamento de professores,

<sup>22</sup> Cfr. Francisco Miguel Araújo, “Faculdade(s) de Letras do Porto”, 58-66.

<sup>23</sup> Luís de Pina, “Faculdade de Letras do Porto”, 99.

<sup>24</sup> F. Homem Cristo, “Universidade do Porto: Faculdade de Letras”, *O de Aveiro* (ano VII, n.º 300, 18.02.1923), 1-2.

a ambígua institucionalização da escola, a hegemonia de Leonardo Coimbra na sua gestão em favor dos seus interesses pessoais, o aluguer da Quinta Amarela fora da *praxis* universitária, as ilegalidades e logros no processo de avaliação formativa ou a desmoralização e sublevação do seu público estudantil.

Os números seguintes pouco mais abonatórios foram para a imagem pública da 1.ª FLUP, no seu estilo de escrita corrosivo, o injuriado periodista começou a combinar as verdades inconvenientes com factos difamatórios e adulterados, afinal aqueles que tiveram maior repercussão posterior junto da opinião pública<sup>25</sup>! Em especial, num primeiro momento, como reação aos estudantes que se demarcaram dessas acusações pelo volante *Universidade do Pôrto: Faculdade de Letras (elucidando o público)* e pelo jornal *A Garrocha*<sup>26</sup>, ao contestar muitas dessas críticas em inteira solidariedade com o conselho escolar, ironizando as aptidões científico-pedagógicas de um professor que desejavam ver demitido da tribuna universitária. Como resposta foram enxovalhados com depreciativos epítetos como “asnos e burros”, “rapazotes sem talento e sem nenhum estudo”, “prostitutas, paneleiros e comunistas”, etc.

Mesmo sobrepondo-se estes ultrajes aos reparos sobre as anomalias e ilicitudes toleradas no estabelecimento educativo, no seio da U.Porto a ninguém escapava que o propósito pseudo-moralizador de Homem Cristo era denegrir e tentar aniquilar a faculdade, mordazmente apelidada de “grande burla e indecência pública”, “faculdade do olho só”, “torpe panelinha de Leonardo” ou de “grande vergonha nacional”. O risco potencial de uma campanha do género sob uma escola que se preparava para formar os seus primeiros licenciados, sem ter “ainda firmado convenientemente a sua existência!”<sup>27</sup>, não deixava de fazer temer pela continuidade da sua missão educativa e de se lançar mão a todos os meios para a tentar conter...

### 1. Os protagonistas da «campanha Homem Cristo»



Francisco Homem Cristo  
(1860-1943)



Leonardo Coimbra  
(1883-1936)

Por proposta de Hernâni Cidade e Aarão de Lacerda, face à publicação de documentação escolar confidencial no jornal aveirense, a direção da 1.ª FLUP viu-se na contingência de instaurar

<sup>25</sup> Uma rápida leitura pelos cabeçalhos dos diversos artigos desta campanha n' *O de Aveiro* comprova o interesse suscitado junto da opinião pública, atraída pelo escândalo e a maledicência gerados: “Os mil e um pensamentos do Imbra”, “Grande farçante”, “Eterno pulha”, “Sem vergonha”, “Faculdade do Olho Só”, “Maus cidadãos”, “Incomparáveis malandros”, “Grandes bandalhos”, “Imbra, o prostituto”, etc.

<sup>26</sup> O manifesto foi publicado em março de 1923 em nome de todo os alunos da 1.ª FLUP. Na sua sequência, uma comissão diretiva formada por António Salgado Júnior, Jorge de Novais Cruz e Tito Lívio dos Santos Mota começou a tiragem desse periódico estudantil, em três números nesse mesmo mês, com artigos assinados por alunos da escola e alguns poucos da academia do Porto.

<sup>27</sup> Jorge Novais Cruz, “A questão Homem Cristo”, *A Garrocha* (ano I, n.º 2, 15.03.1923), 4.

um processo disciplinar a Homem Cristo e de requisitar uma sindicância ministerial à endógena gestão escolar, que ficaria embargado por despacho do ministro João Camoegas após o sindicante nomeado ter pedido dispensa por falta de cooperação da U. Porto. A quase totalidade dos demais professores, confessando a sua irredutível incompatibilidade moral e profissional contra o colega, tentaram obstinadamente salvar o seu bom nome e a reputação académico-institucional como resposta ao seu vaticínio: “Quem sabe se Faculdade de Letras vai jogar nesta questão os seus destinos?”<sup>28</sup>.

Daqui se estendeu uma nova frente ofensiva do panfletário, relegando para um plano subalterno os estudantes, tentando desacreditar e ridicularizar muitos dos elementos do corpo docente pela quebra de solidariedade académica. Além de artigos com comentários satíricos às suas posturas e resoluções ou de objeção às suas qualidades científicas e pedagógicas, Homem Cristo chegou ao cúmulo de publicar alguns dos seus escritos noutras edições para aludir a erros de português, de raciocínios falaciosos, de traduções erróneas e até de plágios de outros autores.

Salvas raras exceções, a maioria acabou brindada com alcunhas deploráveis: “Preto de S. Jorge” (Hernâni Cidade), “Aleijadinho/Cardina” (Luís Cardim), “Ribeirinho” (Ângelo Ribeiro), “Anão/ Asnã de Lacerda” (Aarão de Lacerda) ou “Turrinha” (Francisco Turrinha). Embora, Leonardo Coimbra, como “Imbra”, fosse, indiscutivelmente, o alvo a abater ao acrescer às referências de corrupção e nepotismos político-universitários, outras tantas notas perversas sobre a sua vida pessoal com laivos de homossexualidade e ligações amorosas com alunos de ambos os sexos<sup>29</sup>:

Aquilo era um verdadeiro ninho de patifes, onde as necessidades do ensino, a dignidade dos professores, os regulamentos, a lei, andavam à mercê daquela parte do nome do miserável [Leonardo Coimbra]<sup>30</sup>

Após o gorado projeto-lei da reforma educativa de Camoegas, no qual as faculdades de Ciências e de Letras dariam lugar a Institutos de Educação, os boatos da intenção de encerramento das faculdades de Letras e de Farmácia da U. Porto, agora por motivos de contenção económica, não deixaram de ser um ditame expectável relativamente à 1.ª FLUP no final desse ano de 1923. Paradoxalmente, enquanto Homem Cristo a aplaudia por a considerar irremediavelmente perdida no conceito público, Leonardo Coimbra atribuía tal móbil às rivalidades intelectuais com elementos da “Seara Nova”, inclusive de António Sérgio, o novo ministro da Instrução Pública<sup>31</sup>.

O apoio concertado do Senado Universitário e do reitor Augusto Nobre conseguiram embargar a proposta ministerial, secundado pelas forças vivas da cidade, sem, contudo, deixar de espelhar a vulnerabilidade da escola portuense. Por seu lado, o principal contestatário não se mostrava disposto a deixar morrer a questão, equacionando um possível fim da campanha se Leonardo Coimbra se demitisse da direção da escola, condição *sine qua non* para o seu regresso ao ensino. De resto, terá sido por sua intercessão direta que, no verão de 1924, o ministro Abranches Ferrão retomava a sindicância à 1.ª FLUP e a revisão do processo disciplinar solicitado contra o professor desavindo.

Para esta segunda ação, foi nomeado como sindicante Agostinho Fortes, professor na Faculdade de Letras de Lisboa, que, em inícios de outubro, se deslocou ao Porto para ouvir as partes em contenda e as testemunhas arroladas. A sua condução revelou-se desastrosa, quando o

<sup>28</sup> F. Homem Cristo, “Faculdade de Letras”, *O de Aveiro* (ano VIII, n.º 352, 02.03.1923), 1-2.

<sup>29</sup> Em vários números, Homem Cristo refere-se a estes boatos que circulavam pela cidade do Porto sobre Leonardo Coimbra, alimentados pelos seus muitos adversários políticos e intelectuais, por conviver de um modo demasiado informal e familiar com os estudantes liceais e universitários em cafés, restaurantes, passeios, saraus académicos, etc. A constante denominação de “Imbra” revela bem o tom infame utilizado, justificando-a com as estórias dos tempos de mocidade na Universidade de Coimbra, na qual Leonardo teria vendido o “co” a Jaime Cortesão e a outros, jamais tendo perdido essa orientação sexual.

<sup>30</sup> Luís de Pina, “Faculdade de Letras do Porto”, 99.

<sup>31</sup> GI/UP, *Actas do Senado Universitário: sessão de 21.12.1923*, lv. 1, fl. 66v-68.



mesmo se sobrepôs ao ministério, comunicando sem autorização o seu relatório e conclusões num comício aberto ao público e jornalistas nas instalações da Quinta Amarela. Por outro lado, o seu juízo de valor fora de que a campanha era mera contenda pessoal do lente de Aveiro, baseada em ignomínias e injúrias contra o seu diretor, devendo por isso findar e retomar a sua cátedra<sup>32</sup>, sem aprofundar devidamente todas as irregularidades e conjeturas tecidas.

Contra isto protestou violentamente Homem Cristo, quer por não terem sido ouvidas todas as testemunhas e analisada toda a documentação oficial, quer pela cobertura da imprensa local ter sido claramente tendenciosa em favor de Leonardo Coimbra, procurando cingir a polémica exclusivamente às intrigas entre ambos. No que foi secundado pelo ministério da Instrução Pública que, ao impugnar o sindicante e o seu relatório, ordenou nova sindicância perante o desagrado da 1.ª FLUP e da U. Porto pelos seus efeitos aviltantes para a instituição educativa. Nas entrelinhas ficaram omitidas as fulcrais denúncias de situações internas de ilicitudes administrativas e embustes nas avaliações dos licenciados em Letras, que, apesar de tudo, Homem Cristo manteve em circulação nas páginas *d'O de Aveiro* até à primavera de 1926.

### 3. A politização da «campanha Homem Cristo» no Parlamento (1924)

O insólito da sindicância de Agostinho Fortes foi habilmente manobrado pelos adversários político-intelectuais de Leonardo Coimbra para os ataques à sua pessoa e à escola a que presidia, levantando suposições de uma ingerência nos resultados preliminares apresentados e de sonegação das realidades indecorosas enunciadas pela «campanha Homem Cristo». Desta forma, forçado a procurar silenciar de vez essas vozes, o diretor da 1.ª FLUP tentou politizar a questão ao promover o seu debate na Câmara dos Deputados, em três sessões extraordinárias em inícios de novembro de 1924, que assumiram contornos suficientemente bizarros<sup>33</sup>.

Na primeira sessão foi Leonardo Coimbra a tomar a palavra, claramente manipulando o seu discurso com referências que punham em cheque a credibilidade de Homem Cristo: as suas quezílias com nomes fortes da 1.ª República e até com Homem Cristo Filho, a campanha no seu jornal como represália pela deliberação da questão disciplinar, a escolha como testemunhas no inquérito ministerial entre os seus opositores na *Invicta*, as calúnias e provocações pessoais arremetidas ou a sua árida probidade intelectual. Sobre as alusões contra a 1.ª FLUP desmentia a falsificação das atas do conselho escolar, a eventual nulidade de algumas matrículas estudantis, a iniquidade do reitor Augusto Nobre ou dos reembolsos indevidos aos professores nas suas missões científicas, em particular, quando o deputado Homem Cristo pouco comparecia às sessões em Lisboa mas continuava a ser remunerado!

A intervenção parlamentar era rematada com a apresentação de uma moção aprovada para votação “considerando que o professor da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto, Francisco Manuel Homem Cristo, se tem afirmado publicamente como elemento de desordem, agredindo e insultando os seus superiores hierárquicos, os seus colegas e alunos”<sup>34</sup>, bem como contra os representantes da República e o direito de independência da própria Nação. Logo, o ministério da Instrução Pública deveria interceder prontamente diante o caso, ou seja, no fundo incitando à sua expulsão da administração pública. Conquanto o ministro Abranches Ferrão se tenha mostrado relutante em a aceitar, objetando poder tomar uma decisão sem os resultados de nova sindicância, condenando a diligência e parcialidade de Agostinho Fortes e a imposição do processo disciplinar a Homem Cristo pela 1.ª FLUP sem corpo de delito consistente.

<sup>32</sup> “A sindicância á Faculdade de Letras – Dr. Leonardo Coimbra”, *O Primeiro de Janeiro* (ano 56.º, n.º 244, 17.10.1924), 1.

<sup>33</sup> Assembleia da República (AR), *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária n.º 151, de 06.11.1924, fl. 18-28; sessão extraordinária n.º 152, de 07.11.1924, fl. 8-23; sessão extraordinária n.º 153, de 10.11.1924, fl. 11-14.

<sup>34</sup> AR, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária n.º 151, de 06.11.1924, fl. 23.

Já Homem Cristo, depois de num primeiro uso da palavra ter sido vaiado pelos deputados por observações supérfluas, na segunda sessão teve um maior cuidado na sua exposição em cerca de catorze pontos, ainda que intercalado com várias referências sobre a sua vida pessoal como atestado da retidão do carácter. Justamente, concentrou esta réplica nas incongruências da sindicância e da gestão da 1.ª FLUP: a indisciplina académica, a falsificação das atas, a falta de certidões dos preparatórios liceais nas matrículas, o uso abusivo de “perdões de acto” nas provas de avaliação, a gerência das verbas públicas ou a pouca solidariedade da academia do Porto, etc.<sup>35</sup>:

Eu conheço perfeitamente toda aquela manobra da Faculdade de Letras [...] Logo que conheci a manobra urdida pelo Sr. Leonardo, o mesmo Sr. Leonardo da Póvoa e do Liceu Rodrigues de Freitas, eu verifiquei que havia um destes dois objectivos: ou vexar-me perante os alunos, ou pôr-me fóra da Faculdade. Eu bem sei que não é este o lugar próprio para apreciar uma sindicância.<sup>36</sup>

No final, este precedente de Leonardo não atingiu os resultados esperados, uma vez que a sua tentativa de politização falhou ao não reunir os apoios das forças parlamentares para a sua moção, compelido a retirá-la depois de uma reformulação prévia para não comprometer o governo de Rodrigues Gaspar. Alinhados por um mesmo diapasão de que a questão ultrapassava as competências do Parlamento e aguardando-se pelo retomar da sindicância, em moções das bancadas do Partido Nacionalista, Acção Republicana e das minorias monárquica e católica, também o Partido Democrático acabou por se abster de votar a proposição do seu próprio correligionário!

Fragilizado politicamente depois de ter defendido uma política de liberdade do ensino religioso em escolas particulares, na sua segunda experiência como ministro da Instrução (1922-1923), Leonardo Coimbra teve de se confrontar com uma opinião pública hostil que o depreciava por ter tentado nulificar Homem Cristo e fazer valer-se da sua influência política para impedir novo inquérito ministerial. Sendo certo que o mesmo foi protelado até à queda da 1.ª República, motivadas pelas cinco remodelações ministeriais subsequentes na Instrução Pública, a primeira das quais do professor da U. Porto, António de Sousa Júnior, voltava a ser altamente suspeita no seu apoio e amizade ao diretor da 1.ª FLUP.

Retomando na primazia os seus ataques pessoais contra a sua comunidade educativa e a vontade de ver a escola dissolvida, Homem Cristo continuou sempre a defender o recobro da sindicância, que poderia corroborar muitas das suas acusações... E nem o processo disciplinar contra si agregado o amedrontava porque defendia que sempre fora um professor assíduo, pontual, exigente e disciplinador, ao contrário de muitos dos colegas, logo querendo-o expulsar eles mesmos ficariam também sujeitos a tal medida.

#### **4. O discreto regresso de Homem Cristo à 1.ª FLUP (1927-1930)**

O golpe de 28 de maio e a ascensão da Ditadura Militar significaram um momento agridoce na vida de Homem Cristo. Se de imediato circularam os boatos de extinção da 1.ª FLUP pelo novo regime político, também o seu jornal *O de Aveiro* foi interditado negando-lhe temporariamente a sua principal fonte de rendimento<sup>37</sup>. Na U. Porto os receios de uma “contrarreforma educativa” determinaram alterações ao nível das gestões escolares da reitoria e faculdades, mais sentidas em Letras pela sua valência de escola republicana, lesada depois pela integração de alguns dos seus elementos no emergente movimento revirralhista, com Damião Peres a substituir Leonardo Coimbra nesse mesmo verão.

<sup>35</sup> Homem Cristo declarou na Câmara dos Deputados estar a escrever um livro sobre o ensino universitário português e a 1.ª FLUP, que chega a publicitar no seu jornal sob o título *A Questão da Faculdade de Letras – O Banditismo Político*, o qual não chegou a ser publicado.

<sup>36</sup> AR, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão extraordinária n.º 152, de 07.11.1924, fl. 8.

<sup>37</sup> Em maio de 1927, Homem Cristo relançava a terceira e quarta série d' *O Povo de Aveiro* que manteve em circulação até 1941 num total de 684 números, rematado com um número único de homenagem na comemoração do primeiro ano do seu falecimento em 1944.

Surpreendendo tudo e todos, mas com a desejada queda do antigo diretor da escola, Homem Cristo voltava a apresentar-se ao serviço, regendo, a partir do ano letivo de 1927-1928, as cadeiras de *História Medieval*, *História de Portugal*, *História Geral da Civilização* e *História Moderna e Contemporânea*<sup>38</sup>. Sem com isto reaver um relacionamento muito salutar com os colegas e uma nova geração estudantil, limitando-se a cumprir o seu dever profissional e terminando a «campanha Homem Cristo» contra a instituição. Quiçá também por preponderância da comissão de censura nesse tipo de artigos de imprensa, no entanto, deixando passar um ou outro de notória difamação contra Leonardo Coimbra.

Isto poderá explicar a ausência de notícias no seu novo periódico aveirense sobre a concretização do encerramento da 1.ª FLUP pelo ministro Alfredo Mendes de Magalhães, igualmente reitor da U. Porto, em nome exclusivo da prossecução do equilíbrio financeiro estatal em 1928<sup>39</sup>. Diploma que cedo foi revisto para os outros estabelecimentos educativos contemplados, revogado para a Faculdade de Direito de Lisboa e alterado para a Faculdade de Farmácia e Escola Normal Superior de Coimbra, mas que no Porto decretou a proibição de novas matrículas e o funcionamento condicional para término das licenciaturas em curso. Diferendo que o Senado Universitário e as forças vivas da cidade tentaram desde logo combater, defendendo a integridade universitária do seu ensino face a uma despromoção orgânica face a Coimbra e Lisboa, circunscrevendo até a criação de uma Faculdade de Ciências Económicas e Comerciais pelo resgate da de Letras<sup>40</sup>.

São poucas as notas nos artigos de Homem Cristo que demonstram um interesse por esta fatalidade, obstando a essa reconversão do Instituto Superior do Comércio em faculdade<sup>41</sup>, e, em especial, concentrando-se numa polémica com Alfredo Pimenta sob a falta de concurso em provas públicas nas carreiras dos professores da 1.ª FLUP<sup>42</sup>, ainda que anuindo com o seu fecho:

Não temos nenhum interesse pessoal em dizer isto, pois tendo completado o tempo preciso para a nossa aposentação, nenhuma medida que se tome sobre a Faculdade de Letras do Porto nos pode attingir nos nossos direitos ou nos nossos interesses materiaes. Mas revolta-nos ver seja quem for a offender, cinicamente, a verdade. Não defendo Faculdade de Letras do Porto. Digo, apenas, que a de Coimbra e a de Lisboa estão, a seu turno, cheias de verdadeiras nullidades.<sup>43</sup>

Completados os 70 anos de idade em 1930, então limite para a aposentação da função pública, Homem Cristo pôde pedir a sua jubilação do magistério na U. Porto, dedicando-se até ao seu falecimento à carreira jornalística e a alguns cargos em instituições aveirenses. Sem aparentemente voltar a frisar o assunto da 1.ª FLUP nos seus escritos e memórias, compulsivamente encerrada a 31 de julho de 1931.

### 5. O real valor da «campanha Homem Cristo»: breves conclusões

Na sua globalidade, facilmente se percebe a «campanha Homem Cristo» como um exercício difamatório contra Leonardo Coimbra e a 1.ª FLUP, fundamentado em calúnias, ofensas pessoais e trivialidades pouco dignas, como tende ainda a ser caracterizado pelo registo historiográfico e enquanto episódio menor e desprezível nesta história institucional específica. Todavia, não retirando a pertinência dessa avaliação preliminar que Homem Cristo tão bem alimentou nos seus periódicos, o entrosamento e acareação das afirmações dos diferentes intervenientes traduzem a viabilidade de muitas das críticas de natureza académica e administrativa, que debilitaram a imagem do

<sup>38</sup> Luís de Pina, “Faculdade de Letras do Porto”, 123-130.

<sup>39</sup> Decreto n.º 15 365, de 12.04.1928. *Diário do Governo*, I série, n.º 85, 922-923.

<sup>40</sup> GI/UP, *Actas do Senado Universitário: sessão de 14.01.1931*, lv. 2, fl. 10v-11.

<sup>41</sup> F. Homem Cristo, “No paiz dos asnos”, *O Povo de Aveiro* (ano XLVI, n.º 96, 17.03.1929), 1.

<sup>42</sup> F. Homem Cristo, “Faculdade de Letras”, *O Povo de Aveiro* (ano XLVI, n.º 80, 18.11.1928), 1.

<sup>43</sup> F. Homem Cristo, “Incomparavel malandro”, *O Povo de Aveiro* (ano XLVI, n.º 104, 12.05.1929), 1.

estabelecimento educativo e as dificuldades da sua implementação no meio universitário portuense nesses anos de 1920.

Sem dúvida, altamente prejudicial foi o processo de contratação dos seus elementos por nomeação política, que o conselho escolar sempre conservou durante a sua existência, isto depois de no próprio órgão alguns terem sugerido a contratação por provas públicas de novos docentes! Homem Cristo e outros sempre desconfiaram da entrada como professores de jovens licenciados como Augusto Ferreira Nobre (filho do reitor Augusto Nobre), Artur de Magalhães Basto (cunhado de Mendes Corrêa) e de António Luís Gomes (filho do republicano António Luís Gomes), este que acabou por rescindir o contrato logo em 1923<sup>44</sup>. Ou das dúvidas levantadas quanto às habilitações académicas na Sorbonne do assistente José de Bragança e da escolha de Ana Gonzalez Cardim (filha de Luís Cardim) como chefe de secretaria da escola na qual era também aluna.

Como tantos outros opositores, também ele se amotinou contra a atribuição indiferenciada do grau institucional de doutor, inaugurado para Leonardo Coimbra em 1921 e, até finais de 1926, dado à maioria dos professores ordinários, quando o Ministério da Instrução Pública interditou essa lei de reconhecimento excepcional de méritos científico-literários<sup>45</sup>. A leitura resumida das atas do conselho pouco mais abonatórias serão à gestão administrativa do fundador e primeiro diretor<sup>46</sup>, quer por um regulamento interno nunca aprovado, quer pela validação indiscriminada de diversos requerimentos de alunos para repetição e adiamento de exames. E sem esquecer a deturpação no seu registo, por vezes por falta de quórum e noutras de inclusão de assuntos não tratados, como o caso bem conhecido e sonogado do voto contra de Urbano Canuto Soares no processo oficioso de contratação de Francisco Torrinha.

Além de que na inquietação estudantil de defender a sua instituição, nos artigos d' *A Garrocha* os alunos confessaram muitos dos logros pedagógicos, tentando incriminar o professor por também ele antes os ter admitido: matrículas com dispensa de preparatórios, falsos atestados por doença para repetição de exercícios, substituição por outras pessoas em exames, validação de provas trazidas de casa e de copianços em plena sala de aula. Dos quais Homem Cristo se desassociava no fim de contas – “porque era preciso ser-se benevolente para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto ter frequência escolar!”<sup>47</sup> –, para gáudio de todos aqueles que escarneciam da credibilidade e qualidade do ensino na “Faculdade das Tretas” ou “Capelinha do Leonardo”.

A prova cabal da exequibilidade destas indagações suscetíveis foi a fragmentação do espírito de solidariedade no meio académico, quando noutras investidas contra o prestígio das Universidades ele era omnipresente entre professores e alunos. Não só porque o próprio colega Urbano Canuto Soares, o único a jamais ter sido denegrado (a par de Damião Peres) foi timidamente subscrevendo esta campanha ao se associar às homenagens a Homem Cristo, como o público escolar de Letras não reuniu o apoio generalizado das demais faculdades. Enquanto o periódico *Porto Académico* aderiu ao seu protesto, a Associação de Estudantes do Porto depois de várias discussões preferiu manter-se neutral à controvérsia, mas com segmentos em Medicina, Ciências e Técnica a dar o seu expresso apoio ao lente aveirense e subscrevendo parte das suas denúncias.

Na revisão historiográfica sobre a 1.ª FLUP será por isso conveniente asseverar um outro destaque à «campanha Homem Cristo», rebuscando entre as realidades da polémica mais conhecidas,

<sup>44</sup> António Luís Gomes acabaria por optar pelo cargo de delegado do Procurador da República, aprovado em concurso público, que Homem Cristo atribuía à influência sobre o júri do seu progenitor e de Leonardo Coimbra.

<sup>45</sup> Lei n.º 616, de 19.06.1916. *Diário do Governo*, I série, n.º 122, 607-608.

<sup>46</sup> Atente-se que grande parte do arquivo da 1.ª FLUP se perdeu entre mudanças de instalações escolares e o incêndio na Reitoria da U.Porto em 1974, dos quais subsistem apenas alguns documentos dispersos. Inclusive, estes mesmos livros de atas permanecem extraviados, estando o seu conhecimento restrito à exposição condensada do seu conteúdo publicado em 1966. Cfr. Luís de Pina, “Faculdade de Letras do Porto”, 79-133.

<sup>47</sup> F. Homem Cristo, “Minada de Piolhos”, *O de Aveiro* (ano X, n.º 441, 14.02.1926), 1.

todas estas graves alegações que se tentaram silenciar, nomeadamente nas inconfiências cometidas aquando da única sindicância promovida ou da sua manipulação política na Câmara dos Deputados. Um claro exemplo das clivagens ideológicas e da imiscuição dos interesses pessoais junto da esfera política da 1.ª República, onde assinala-se a passagem de alguns destes protagonistas como ministros da Instrução Pública ou deputados, cujas aspirações e favores presumivelmente se enredavam nos mutáveis jogos partidários. Em certa medida, patenteando os atropelos à autonomia administrativa e mesmo de corrupção no sistema educativo republicano, como o exemplo das nomeações e promoções administrativas destes e de outros docentes, onde as Universidades de Lisboa e do Porto se tentaram afirmar por diferentes meios contra o foco reacionário da ancestral Universidade de Coimbra.

Até a despeito do relativo sucesso educativo da 1.ª FLUP na formação de uma nova geração de intelectuais – Agostinho da Silva, Delfim Santos, Armando de Lacerda, Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, Salgado Júnior, José Marinho ou Sant'Anna Dionísio, etc. –, baseado num modelo de liberdade de ensino e heterodoxia de temáticas e conteúdos lecionados. Convém realçar também que foi no ramo das Filologias que se congregaram o maior número e as melhores classificações dos seus licenciados, incluindo nos célebres Exames de Estado, e não no muito exaltado e afamado grupo das Ciências Filosóficas de Leonardo Coimbra<sup>48</sup>.

Em síntese, mais do que continuar a imputar o desaparecimento da 1.ª FLUP em 1928-1931 puramente às premissas de controlo económico e de depuração política, o valor da «campanha Homem Cristo» reside nesta valência académico-pedagógica com conjunturas e ocorrências difíceis de se acolher nos meios universitários da época, talvez mesmo na atualidade, cuja preeminência terá sido igualmente decisiva para o seu destino funesto. Designadamente todas as ilicitudes e arbitrariedades na sua gestão e funcionamento, a constituição do seu corpo docente ou na postura indulgente da sua comunidade escolar, que comprometeram irremediavelmente a sua missão e finalidades educativas para uma redenção a curto prazo.

Assim, contribuindo o estigma e conspurcação desta imagem institucional da primeira Faculdade de Letras para o compasso de espera do seu reaparecimento na U. Porto, ensaiado primeiro por Amândio Tavares e Luís de Pina pela criação do Centro de Estudos Humanísticos em 1947, precavendo-se o Estado Novo de criar a vigente instituição educativa sem qualquer outro elo sucessório que não o de uma idêntica designação oficial e com uma estrutura pedagógico-científica condicionada até à Revolução de 1974.

---

<sup>48</sup> Cfr. Francisco Miguel Araújo, ««Liberdade de aprender, Estigma de ensinar»: o malogro da 1.ª Faculdade de Letras do Porto», comunicação ao *II Congresso Anual de História Contemporânea - 2013* (em publicação).

